



013ª CEDECONDH 22ABR2025

Pauta: Violência Policial e Marginalização dos Motobóis.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): (14h10min) Neste momento estão presentes, além de mim, Pedro Ruas, vice-presidente, a Ver.^a Vera Armando e o Ver. Marcelo, não é mais Conselheiro Marcelo, é Bernardi, aliás, atendendo o que eu sempre sugeri, o Ver. Marcelo Bernardi, que já foi o presidente da comissão. Então, somos três vereadores. Na CEDECONDH, três vereadores proporcionam quórum. Então, eu queria fazer o registro da presença desses três vereadores, e agora suspendo a reunião até a chegada do presidente Erick Dênil, que a proposta da reunião de hoje é dele inclusive, e a quem passarei os trabalhos presidenciais. Por hora, por alguns minutos, suspendo a reunião, registrando a presença desses vereadores. Muito obrigado.

(Suspendem-se os trabalhos.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Estão reabertos os trabalhos. Eu fiz uma abertura, Ver. Erick Dênil, presidente, apenas para fazer o registro das presenças da Ver.^a Vera Armando, Ver. Marcelo Bernardi e da minha também, e sabia que o senhor já ia chegar, e agora terminamos o nosso intervalo e passo

a presidência a quem de direito, o Ver. Erick Dênil, que preside a nossa CEDECONDH, está com a presidência de volta.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Ver. Pedro Ruas, vice-presidente da CEDECONDH, Ver. Marcelo Bernardi, membro da nossa comissão. Eu sou o Ver. Erick Dênil, presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Pública. Então, a gente dá andamento de mais uma reunião da CEDECONDH, dia 22 de abril, às 14h16min, com a presença dos colegas vereadores. Nossa comissão é composta por cinco membros titulares, dos quais três estão aqui: eu, Ver. Erick, o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Marcelo Bernardi. Portanto, temos quórum para começar a nossa reunião, temos...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Apenas um registro, presidente, se me permite. Quando fizemos a abertura, e fiz como vice-presidente no exercício provisório da presidência naquele momento, até a sua chegada, que estava no outro compromisso e agora já preside a sessão, estava também conosco a Ver.^a Vera Armando, no horário regimental, foi registrada a sua presença. Obrigado.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Ver. Pedro. Cumprimento a todos os assessores aqui da Câmara de Vereadores e as assessorias também dos vereadores que estão presentes. Cumprimento também a presença da Brigada Militar; a presença aqui dos trabalhadores plataformizados, também do Sindimoto, que se faz presente aqui, que fez, inclusive, no último dia 31, a paralisação aqui em Porto Alegre, em frente ao Praia de Belas, saiu de Canoas e veio até Porto Alegre, pedindo melhores condições de trabalho e também reajuste no valor das entregas. Colegas vereadores, todos e todas, a pauta de hoje é muito importante. É uma pauta que trata das condições de trabalho dos trabalhadores plataformizados e trata também sobre a relação dos trabalhadores da ifood e de outras plataformas, dos motobóis principalmente, com a Brigada Militar, a relação da Brigada também

com esses trabalhadores e alguns casos que aconteceram em Porto Alegre nos últimos meses, que chegaram até a gente, alguns relatos. Eu gostaria, Pedro e Marcelo, que a gente, então, pudesse chamar para fazer parte da Mesa algumas pessoas. Entre eles também está o Allison Sipriano. O Allison é um trabalhador, um motobói, que me procurou, procurou a nossa assessoria aqui na Câmara de Vereadores. Eu gostaria que o Allison viesse compor a Mesa para que pudesse falar também o seu relato, o que aconteceu com ele no último dia 5 de dezembro de 2024, no bairro Menino Deus, no centro da cidade. Bem-vindo, Allison. Também gostaria de chamar o Douglas, do Sindimoto, para compor aqui com a gente a Mesa, representando a categoria. Também chamando aqui o Hermes, aí tem dois representantes do 9º Batalhão da Brigada, o Hermes Wölker e o Jonathas Diego. O bom seria mandar uma representação aqui da Brigada Militar também – obrigado, Douglas, pela presença – para compor aqui a Mesa conosco. E eu, de antemão, antes de passar para os colegas vereadores, faço a seguinte sugestão, colegas: que a gente possa primeiro escutar o relato do Allison, e depois também que a gente possa escutar os colegas vereadores, a própria Brigada Militar, o sindicato dos motobóis também, que possam relatar sobre outros temas e outros casos também.

No último dia 5 de dezembro, colegas, o Allison fez uma entrega no bairro Menino Deus, onde foi agredido, então, no mesmo local da entrega, por um policial militar. Fez ocorrência, tem aqui a documentação, o Allison pode depois relatar um pouco mais. Mas eu não quero apenas falar sobre este caso, eu quero falar um pouco mais, Ver. Pedro, sobre a marginalização dos motobóis. É uma categoria que, durante a pandemia, principalmente durante a pandemia, nós pudemos ver e analisar a importância que têm os entregadores para a sociedade. Quando tudo parou praticamente, estavam ali os motobóis entregando medicação, entregando alimentação, trabalhando nas plataformas, sempre muitos prestativos. É uma categoria muito desvalorizada, uma categoria que não tem, de certa maneira, um incentivo das plataformas, não tem equipamentos de trabalho. Se acontece um acidente, o trabalhador arca com o prejuízo, não existe uma solidariedade sequer do ifood ou de qualquer

plataforma digital com esses trabalhadores, não existe um atendimento especializado para isso, nenhum tipo de benefício para isso. Na verdade, as plataformas só ganham com a produtividade dos trabalhadores e não fornecem nenhum tipo de segurança para esses trabalhadores. E é uma categoria muito desvalorizada, muitas vezes criticada, marginalizada pela sociedade. E, junto a isso, ocorreram essas denúncias referentes à Brigada Militar. Sabemos que dentro da Brigada há ótimos policiais, ótimos soldados da Brigada Militar, tenentes, coronéis. É uma categoria, inclusive, que não recebe reajuste salarial, Pedro, se não me engano, há nove anos no Estado; ou seja, não é valorizada como deveria. Também sabemos que há policiais militares que não estão fazendo um bom serviço, como em toda e qualquer profissão. Então, o nosso espaço aqui na Comissão dos Direitos Humanos é procurar fazer os encaminhamentos devidos para que isso não aconteça, e colocar à luz do dia esse debate na sociedade de Porto Alegre. Então, eu sugiro, meus colegas vereadores, abrir a reunião desta forma, fazendo essa relação dos trabalhadores plataformizados, principalmente dos motobóis, e também de alguns casos de violência policial, mas especialmente o que aconteceu aqui em Porto Alegre com o Allison, no último dia 5 de dezembro de 2024. Então, abro a reunião. Gostaria de passar a palavra para os colegas vereadores, se me permitem, antes de passar para os demais. E, depois, eu gostaria de ouvir mais do relato do Allison, que está representando aqui os motobóis, o Douglas, do Sindicato dos Motoboys, e também da Brigada Militar, para que a gente possa atuar em conjunto e possa, de fato, solucionar esses problemas. Então, muito obrigado. Abrimos, então, a nossa reunião aqui da CEDECONDH.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Posso usar a palavra, presidente?

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Com certeza, Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Erick Dênil, Ver. Marcelo Bernardi, coronel que compõe também a Mesa, nossos motoqueiros,

motociclistas, Douglas – presidente do sindicato – senhoras e senhores, servidores da casa, assessores. O tema do motociclismo é um tema bastante complexo em nosso País ainda, em outros também, mas há alguns países onde isso já foi tratado muito melhor, seja porque as condições de trabalho são superiores, como, por exemplo, pela existência permanente de banheiros a serem utilizados, os nossos motociclistas profissionais aqui não têm isso, não têm banheiro, não têm nada; seja porque a remuneração é melhor, são tratados com dignidade; seja porque não há a violência policial que será denunciada hoje, mas nos chegou antes por escrito. Então, esse conjunto de coisas leva a CEDECONDH a agir, a atuar. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre tem seis comissões permanentes e várias provisórias. A CPI, por exemplo, que é o presido, das Pousadas Garoa, é uma comissão, mas ela tem um tempo de duração, é provisória. As seis comissões permanentes, entre as quais a CEDECONDH, são a Câmara naquele tema, então, no tema direitos humanos, os direitos do consumidor, a justiça urbana, enfim, aquilo que a nossa comissão se debruça, como hoje, ela é, naquele tema, a Câmara Municipal, ela é o Poder Legislativo, ela é a população de Porto Alegre. Então, nós temos que ter essa atenção toda. E é importante, Ver. Erick Dêníl, e lhe cumprimento pela oportunidade de trazer uma pauta tão relevante, porque todos nós - todos nós conhecemos pessoas, temos parentes que atuam com esse trabalho - temos uma carência de emprego muito grande no nosso País, e essa é uma alternativa; geralmente, motos alugadas, ou compradas, assim, em um milhão de prestações, as condições de segurança são horríveis, o prazo de entrega é impossível de cumprir. Eu contei aqui já, o Erick Dêníl presidia e viu esse trabalho, o Marcelo Bernardi também, houve um ano determinado em que eu investigava a velocidade dos ônibus nos corredores, a velocidade máxima era 30 km/h, e eu acabei descobrindo uma média de 60 km/h, 70 km/h. Bem, esse comunicado eu fiz, tive contato com os sindicatos, enfim, os trabalhadores, com a EPTC, e eu descobri, Ver. Erick Dêníl,, acho que já lhe contei, ao Ver. Marcelo Bernardi também, ao Coronel, Douglas, que preside aí, que aquele tipo de horário dado aos motoristas de ônibus era impossível de ser cumprido a 30 km/h

por hora, era impossível, não tinha como. Eu fiz várias viagens, não tinha como. Então, o que acontece com os motociclistas profissionais, os chamados motoqueiros, é algo semelhante, não tem como cumprir. Olha, em seis minutos, ir da Protásio Alves até o Centro Histórico, não existe como, tu vais costurando toda a Osvaldo Aranha, costurando o Túnel, costurando a Mauá, vai fazer o quê? E vai chegar com a pizza toda desengonçada, vai chegar com... Não tem condições, e o risco é brutal. Há também uma questão cultural, trágica, aqui, Coronel: o maior não respeita o menor, o senhor sabe disso. Aqui, o caminhão e o ônibus não respeitam o automóvel, os automóveis não respeitam os motoqueiros, e ninguém respeita quem está de bicicleta. É assim, não há uma solidariedade, não há. Uma solidariedade de quem está no trânsito? Bom, em relação ao pedestre, então, é uma estupidez. O pedestre, parece que não existe. Eu vi uma vez uma frase do Millôr Fernandes, que me chamou a atenção: a única vantagem de atravessar a rua na faixa de segurança é que tu morres com razão. É a única vantagem: morre com razão. Estava certo, mas morreu. Então, concluo aqui, dizendo que é uma pauta oportuna, necessária, importante, e que nós temos que, de alguma forma, encaminhar ideias, propostas, algum projeto de lei, alguma sugestão ao Executivo, algum acordo com as forças de segurança, com as forças também em nível de Município, com órgãos municipais, como a EPTC, para que nós tenhamos uma condição melhor de trabalho para essas pessoas. Muito obrigado.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Gostaria, então, de passar a palavra para o Ver. Marcelo Bernardi, se me permite. Pode ser? (Pausa.) O Ver. Marcelo, sugere, então, que a gente abra aqui. Perfeito. Eu sugiro, então, que a gente passe a palavra para o Allisson Sipriano, que foi quem nos procurou, motoboy, trabalha aí desde os 16 anos de idade, trabalha há anos. Então, eu sugiro que o Allisson dê um depoimento sobre o ocorrido, e depois a gente pode abrir, então, o diálogo para o sindicato também falar, para o Ver. Marcelo falar, para o representante da Brigada Militar falar também, para que a

gente possa, logo após isso, fazer também os encaminhamentos da nossa reunião. Allisson Sipriano, então, passo para você a palavra. Fique à vontade.

SR. ALLISSON SIPRIANO RIBEIRO: Boa tarde a todos e a todas, então, foi assim, o caso foi meio... A gente não espera o que pode acontecer com a gente. Eu fui fazer uma entrega normalmente, eu solicitei a portaria para poder acessar o condomínio, ele abriu o portão, nisso, está vindo um casal de pessoas na calçada, eu segurei o portão para essas pessoas e pedi a gentileza de ver se ele poderia levar para mim até a portaria, só que, enfim, ele não respondeu, e eu segui meu caminho, fui até a portaria entregar o pedido. Nessa situação de eu ter ido do portão até a portaria, vem o xingamento dessas pessoas. Eu, na frente, e eles atrás, falando coisas para mim que eu achei que não eram necessárias no momento. E, nessa situação, eu retrocedi. As mesmas palavras eu falei para essas pessoas que estavam falando para mim. E, nessa ocasião, ele vem e tira uma arma da cintura e me questiona se realmente eu ia falar isso para ele. Eu o questionei se ele ia me matar por eu ter falado isso para ele. Ele veio mais para cima, tirou a arma e me deu uma coronhada no rosto. Foi uma situação que eu jamais imaginei que poderia acontecer comigo. Eu falei para ele que eu ia chamar a polícia e ia relatar o que estava acontecendo, porque era injusto o que estava acontecendo ali na hora. E fui para a rua tentando ligar para a polícia. Ele voltou falando para eu sair do condomínio, e eu falei que não ia sair enquanto a polícia viesse. Ele vem de novo e me deu outro soco na cara. Nessa situação, eu me sentei no chão e fiquei aguardando a polícia chegar. Ele saiu do condomínio e foi embora. A polícia demorou uns 40 minutos para poder chegar ali. Eu já estava com medo de que podia acontecer alguma coisa ali na hora, porque estava sem segurança nenhuma no momento. A polícia veio e eu relatei o caso. Dei depoimento na delegacia. Teve pessoas que viram me ajudaram a relatar, a testemunha relatou também o acontecido. E foi isso que aconteceu comigo. Eu venho falar aqui, já que estou aqui. Eu nasci na Tristeza, ali no bairro Tristeza. Provavelmente vocês conhecem. Minha mãe era empregada e, desde a minha infância, ela sempre procurou algo bom para a gente. Então ela

conseguiu uma bolsa ali no Mãe de Deus, naquele colégio – vocês devem saber qual o colégio que estou falando. Ali é um colégio particular. Eu estudei ali da 1º à 4ª série. O estudo é bem diferente do estadual, porque daí o que aconteceu? A minha mãe faleceu e eu fui morar na Vila dos Herdeiros, no Cafuncho, e estudar no colégio estadual. Eu realmente vi ali a diferença da sociedade, eu estou falando assim, que infelizmente, a gente passa ali, no colégio, e era diferente do colégio do Mãe de Deus que eu estudava. Tinha muita atividade, o outro não tinha, falta de estrutura, escola, tudo isso. As crianças acabam ficando na rua e sem estrutura nenhuma para poder crescer futuramente. E vejo que isso também ajuda a desigualdade da população. Porque, se a gente tivesse alguma estrutura adequada, provavelmente a gente, que é mais favorável de grana, não teria passado por isso. Não precisava estar passando por uma situação assim, porque tu já terias uma estrutura melhor de vida, já teria uma situação melhor de renda, então tu acabas não passando por isso. E é isso que eu queria te informar assim, sabes? Mas é que eu tive uma visão dessa situação, então venho falar para vocês sobre o que eu penso. E é isso. Obrigado por ouvirem e podemos continuar.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Alisson. Alisson, só para título de informação mesmo para nós todos, tu fizeste as ocorrências, se puderes informar os locais em que tu fizeste as ocorrências, os locais que tu procuraste para fazer as ocorrências, para que possas também coletivizar isso, compartilhar? Nós temos aqui uma representação da Brigada, para saber também se tu procuraste outras autoridades, como Defensoria Pública, Ministério Público, para poder dar sequência ao caso. É importante nós todos aqui sabermos disso, até para saber como que a comissão também pode ajudar, auxiliando nesse processo.

SR. ALLISON SIPRIANO RIBEIRO: Após o acontecido, no outro dia eu segui para a Corregedoria da Polícia, para relatar com depoimento que eu fiz com o boletim de ocorrência. Eu fui na Corregedoria do Centro, só que eles me falaram

que, como eu já tinha feito no Batalhão, eu não precisaria fazer na Corregedoria, porque já estaria analogada à situação. Então, procurei o Ministério Público e a Defensoria Pública para poder relatar a situação. O Ministério Público, na verdade. relatei a situação, e eles fizeram os dados, pegaram meus dados e relataram a situação para o Ministério Público e a Defensoria Pública. Procurei essa assessoria para poder me dar uma segurança sobre essa situação. E depois vim com o Erick Bandeira para poder ter mais segurança sobre... Porque a gente fica desfavorável na rua, acaba trabalhando sozinho, não tem ninguém. Então, eu prefiro divulgar essa situação para caso não venha a ter retaliações. É isso.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Allison. Allison, para recapitular o caso, identificaram a pessoa que fez a agressão? O nome dela, o local onde ela mora, se era no mesmo local da entrega, quem é ela, enfim... Nós temos a informação?

SR. ALLISON SIPRIANO RIBEIRO: Então, essa informação eu não tenho como te dizer, mas, no dia do depoimento, eles relataram quem era. Até foi pelo WhatsApp; como eu estava ali, eu consegui ouvir. Então, eles têm o conhecimento, a Brigada tem o conhecimento de quem é, de onde mora, sim. Quando eu fiz o depoimento, eles têm esse conhecimento. Eu não tenho esse conhecimento, mas a Brigada, em si, tem.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): E o nome do acusado, no caso, está no processo? Está escrito?

SR. ALLISON SIPRIANO RIBEIRO: No Ministério Público, eles conseguiram encontrar. O primeiro nome é Maurício, se eu não me engano, mas foi só pelo Ministério Público que consegui me informar. Mas é isso, daí a Brigada não me informou o nome da...

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Profissão?

SR. ALLISON SIPRIANO RIBEIRO: Profissão, a Brigada, por cima, na hora em que eu estava ouvindo, eles falaram que ele era brigadiano, que era a Polícia Militar, não Polícia Civil.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Allison, pelo depoimento. Até para reforçar aqui a todos: o Allison está aqui numa condição de vítima, veio fazer essa denúncia através da Comissão dos Direitos Humanos. A gente sabe que, quando a gente está na Comissão dos Direitos Humanos, a gente atende diversos casos. O que é direito humano? O direito do acesso à água é um direito humano; o direito do acesso à luz é um direito humano, né, Ver. Marcelo? Mas também casos de proteção aos trabalhadores são, também, um direito humano. Então, você está aqui numa situação de vítima, de denunciante do que ocorreu, e a gente pretende dar proteção ao motobói Allison, ao trabalhador que foi vítima dessa situação no bairro Menino Deus, no dia 5 de dezembro de 2024. Obviamente que a presença da Brigada aqui é muito importante para que a gente possa, de fato, dar sequência a esse caso e procurar, inclusive, junto à Brigada Militar, uma alternativa para que a gente possa, de fato, diminuir esses casos. Esse é o objetivo também da comissão. Eu sei que a Brigada Militar pode ser nossa parceira nisso, para diminuir esses casos aqui em Porto Alegre, principalmente porque a Câmara de Vereadores representa a cidade de Porto Alegre.

Por isso, inclusive, a presença do comandante Wölker e também do Jonathas, da Brigada Militar. Então, obrigado também pela presença; a gente agradece, nós aqui da comissão. De antemão, também passo para que o Douglas Benites, do Sindimoto, possa falar sobre os motobóis de forma geral, a marginalização, como são tratados nas ruas aqui, principalmente em Porto Alegre. Eu sei que o Douglas não atua, não trabalha só em Porto Alegre, assim como os motobóis não atuam só em Porto Alegre; trabalham em toda a região metropolitana, muitas vezes até vão mais longe, inclusive. Mas é importante escutar os motobóis. O

Allison é um motobói plataformizado, entregador, e eu sei que, hoje, o sindicato dos motobóis tem uma categoria enorme, que trabalha em Porto Alegre, na região metropolitana e também no interior, e que tem passado por situações semelhantes, muitas vezes quase que idênticas ao que aconteceu com o Allison. E, obviamente, além dessa questão, tem outras questões, como a dignidade dos trabalhadores, a desvalorização salarial dos trabalhadores, os riscos de vida. Até mesmo tem uma matéria aqui, que a nossa assessoria conseguiu, e ela é uma matéria, Ver. Marcelo, um pouco preocupante: em Porto Alegre, 48% dos motociclistas mortos no trânsito são menores de 30 anos de idade. Ou seja, quase metade dos motobóis, em Porto Alegre, são mortos no trânsito, por acidente no trânsito, e têm menos de 30 anos de idade. São jovens que, muitas vezes, não têm opção no mercado, acabam comprando uma moto, ou até mesmo alugando, como o Ver. Pedro Ruas citou, e acabam perdendo a vida no trânsito aqui em Porto Alegre. E são inúmeros fatores que ocasionam isso. Então, já passo a palavra para o Douglas Benites, representando o sindicato dos motobóis.

SR. DOUGLAS BENITES: Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer, mais uma vez, ao Ver. Erick Dêníl por convocar o sindicato para estar aí, fazendo a representação da categoria. Está ali o nosso delegado também, o Lincoln, questão de acidentalidade, gostaria que ele fizesse uma fala também depois, se for aberto o microfone, vereador, porque ele representa essa parte aí com a vida dele. Temos também um colega lá, trabalhador, que está junto na luta, e os demais companheiros e companheiras que estão aí conosco.

Quero dizer para o Allison que essa situação da violência que ele sofreu, infelizmente, é a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras que estão à margem da informação. E, quando a gente está à margem da informação, a gente desconhece até a legislação que nos protege. Como é que a gente vai fazer para se proteger, sendo que a gente está ali servindo, trabalhando. A gente não está fazendo nada de errado para ser preso, como se diz. O Ver. Pedro Ruas traz a materialidade dos motoristas de ônibus, e eu trago aqui a

materialidade dos motobóis. Já ocorreu, em diversos lugares do Estado, do Brasil e do mundo, a violência da instituição de segurança pública, seja ela Guarda Municipal, Brigada Militar ou Polícia Civil. Eu, Douglas, já fui vítima também de violência policial, e eu não tive a coragem que tu estás tendo aqui, de denunciar. Na verdade, eu nem conhecia o sindicato quando eu sofri a violência policial. E isso me assombra, me assombra muito, porque eu cheguei a trocar de cidade por achar que eu que estava errado. Então, eu não sou solidário com palavras, eu sou solidário na prática. E tu, enquanto trabalhador, a entidade vai te ajudar, o sindicato vai te proteger, vai lutar contigo. A gente vai ter que procurar saber se já foi aberto o processo de sindicância. Primeiro, tem que identificar esse policial militar, saber se ele é policial mesmo, de fato, porque daí, sim, a Brigada Militar pode abrir o processo de sindicância, o que é muito semelhante ao escândalo que teve na EPTC aqui em Porto Alegre. Não sei se vocês se lembram do Paulo, que foi parado, ele estava com a bicicleta motorizada e passou por uma blitz, e, na blitz, a EPTC apreendeu a bicicleta dele; só que nessa apreensão teve uma tensão entre ele e o agente de trânsito, e o agente de trânsito usou da força contra ele, e, obviamente, isso se desencadeou em revolta. E aí, nós temos a classe trabalhadora disputando as suas opiniões, porque nós todos somos trabalhadores, não é, tenente? Nós todos somos trabalhadores, e quando a gente vai discutir direitos humanos, a gente tem que discutir para toda a categoria. Não é, vereador, o senhor já foi taxista e sabe como é que é a situação, não é? Os taxistas também sofrem com isso. Então, para não tornar isso uma disputa antagônica entre motobói e Brigada Militar, eu acho que, primeiro, a gente tem que compreender essas injunções, como o Ver. Pedro Ruas trouxe para nós. Primeiro ponto, o trabalhador cometeu alguma coisa de errado naquele momento? Ele não deveria ter entrado no condomínio e, por isso, foi xingado? O que a gente vai refletir sobre isso para dar encaminhamento? Porque, na verdade, o trabalhador está ali servindo, ele não está... Na verdade, o patrão dele nem está ali para ter a devida responsabilidade solidária que está na Lei nº 12.009, que é a lei que regulamenta a atividade profissional. E, para a gente não levar essa discussão para cunho

trabalhista, eu vou fazer a mesma reflexão que eu fiz em Novo Hamburgo, há pouco mais de um ano e meio ou dois, em que teve uma situação semelhante – só que foi com a Guarda Municipal de Novo Hamburgo –, e a gente acabou indo para uma sala de reunião com um general de Novo Hamburgo, representante da segurança pública de Novo Hamburgo, e a gente lá discutiu se a gente ia ficar permitindo que houvesse essas tensões sociais entre a categoria e as forças de segurança. Porque, no nosso entendimento, não é para acontecer isso, isso acontece por uma série de fatores, uma série de fatores que antecedem a discussão que a gente está. E uma delas é a responsabilidade do patrão, porque o trabalhador está cumprindo ordens e está sendo criminalizado, está sendo vandalizado, está sujeito a tudo. E isso é o que traz essas estatísticas que são ruins. Nós, os motobóis, nós acreditamos na Brigada Militar, nós acreditamos na Polícia Civil, na Guarda Municipal. Nós temos fé nessas instituições de segurança pública. Nós acreditamos porque quando...

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

SR. DOUGLAS BENITES: Por isso que a gente é motobói, por isso a gente é trabalhador, porque a gente acredita na legalidade. E a gente acredita que, quando algo acontecer conosco, seja num acidente de trânsito, ou até mesmo em uma situação de assalto, ou algo mais grave, que quem vai nos defender é a própria Polícia Militar.

Então, de primeiro momento, é identificar se é, de fato, brigadiano, se é, de fato, policial militar. Se for, abrir uma sindicância para ele poder responder pelo que ele fez. Acredito que, assim como foi com a EPTC, a gente vai ter um processo, a gente vai ser chamado também para poder representar e participar dessa discussão, e até mostrar para o Alisson que ele não está sozinho. Isso tem que ser digno de ser divulgado, ter publicidade. Porque um trabalhador marginalizado, criminalizado, vandalizado, informalizado, tudo aduado, ado, ado...plataformizado, esse trabalhador tem um pouquinho de fé ainda no Estado, como um poder. E aí é uma questão constitucional. Vai um pouquinho além da

questão trabalhista. Então, esse trabalhador, essa fé que ele tem no Estado, a gente tem que cuidar dessa fé, senão, esse trabalhador não vai ser diferente daqueles e daquelas que demonizam a Brigada Militar, que demonizam a Polícia Civil, e que não acreditam. Neste fim de semana, foram nove mulheres vítimas de feminicídio. Por quê? Porque elas não acreditavam na polícia? Porque esse motobói também tem mãe. Tinha, é falecida, né, meu irmão? Mas tem irmã, tem tia, tem mulheres na família. E se essas mulheres, com o que aconteceu com ele, qual é a fé delas também na Brigada Militar? Isso também não é terreno fértil para mais feminicídio, para mais injustiça, para mais violência?

Então, o sindicato vem, se posiciona a fim de garantir a institucionalidade da situação, para o trabalhador não ficar sozinho. Coisa que já aconteceu comigo. Eu já estive sozinho, tive que me esconder. Depois de um tempo, eu percebi que... Por que eu vou me esconder? E, nesse momento, a gente não quer que você se esconda, que venha. Vamos brigar juntos. Independente se ele era policial militar ou não, se ele cometeu um erro contra tal pessoa, é um crime, só porque ele tem porte de arma, e se tem o porte de arma, se a arma era legalizada ou não era, tudo isso tem que ser investigado. E nada disso se justifica com ele batendo em ti.

SR. ALLISON SIPRIANO RIBEIRO: Rolou uma agressão, mas poderíamos não estar aqui também. Se não tivesse câmera, se não tivesse pessoas, eu poderia estar morto, por uma situação que não poderia ter acontecido.

SR. DOUGLAS BENITES: Então, diante dessa situação, eu acho que verificar essa informação de quem bateu no Allison, se ele, de fato, é brigadiano, se ele é polícia, se ele não é... Em relação a modo geral, nós, os trabalhadores e trabalhadoras, não temos medo da polícia, não temos medo do tribunal, não temos medo da legalidade e da institucionalidade. O que acontece dentro do quadro social da coisa são tensões, como a que o Alisson trouxe, no aspecto social da vida dele, por diversos fatores: machismo, racismo, vamos colocar o capitalismo também, forçando o trabalhador a trabalhar 12/14 horas, ganhando

pouco. O próprio policial militar, na sua função ali, também está sendo explorado. Então, uma coisa é certa, vai ter tensão. Hoje foi com o motobói, amanhã pode ser com outro profissional de outra área. Então, em relação à violência policial, a gente tem que estar atento, sempre. Que bom que o Allison traz isso para cá, mas, na maioria das vezes, os trabalhadores não consideram fazer a denúncia. Ademais, é a questão de trazer isso para a notoriedade, para que a gente sempre esteja atento e possa estar garantindo a vida daqueles que são as vítimas, para a gente não botar as vítimas na condição de que aconteceu porque elas quiseram que acontecesse. Porque, geralmente, a força menor é o trabalhador e sempre vai estourar para o lado dele. Então, nessa situação, a gente tem que estar sempre atento para poder garantir a institucionalidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Douglas. Gostaria também de abrir as inscrições e perguntar para as autoridades se querem fazer uso da palavra agora ou mais no final.

O Sr. Lincoln, que é motobói, está com a palavra.

SR. REMI LINCOLN ROSA DA SILVEIRA: Boa tarde. Para quem não me conhece, eu sou delegado sindical Lincoln Sete. Já estou fazendo trabalho no Sindimoto durante algum tempo, principalmente no que tange a acidentes de trânsito e as suas sequelas, porque eu sou a prova viva das sequelas do trânsito e estou ainda exercendo a atividade. Pelo que eu entendi, o que está acontecendo aqui é o que a gente vive diariamente, só que agora trouxe um reflexo para duas instituições: para a Brigada Militar, que é a nossa força que nos protege, de segurança, por conta, vamos dizer, do mal profissional; e a violência que a gente sofre por alguns maus profissionais que têm dentro da nossa categoria, e aí é colocado tudo, como pode vir a acontecer, colocado tudo no mesmo saco. Que o policial militar é bandido, todo policial militar é bandido, ou que todo motobói é bandido; porque o motobói pode ser, porque o motobói é, porque o motobói faz. Não, tem motobói ali que trabalha sério, tem motobói que leva o sustento para a sua família, assim como tem brigadianos corretíssimos.

Meu padraço ficou 14 anos na corporação, no RPMon, um exemplo de vida para mim. Enfim, um cara corretíssimo. Então, essa leitura está errada, mas aí eu falo como sociedade, como cidadão. Generalizar uma categoria, seja ela qual for, seja a Brigada Militar ou seja a nossa, dos motobóis, está errado. Tem um procedimento, tem um rito a ser cumprido. Agora, quando a coisa descamba para uma violência gratuita, sem motivo, acho que o mínimo que deve ser feito é uma investigação, uma averiguação. Porque o Allison estava trabalhando, independente de qualquer coisa, ele estava exercendo a nossa profissão, que é uma das mais perigosas do planeta Terra. Isso é imensurável. Nossa profissão de motobói é uma das profissões mais perigosas do planeta. E eu queria já reiterar o que o Douglas falou para ti, Alisson, que o Sindimoto está à disposição, o corpo jurídico, pode nos procurar lá na Rua Itaboraí, 1.090, que tu vais ter uma assessoria; não sei se tu já estás tendo, enfim, mas o sindicato vai estar lá, de portas abertas. E vamos deixar isso bem claro: não vamos generalizar categorias e trabalhadores. Era essa a minha fala. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Lincoln, pela tua fala. Vou pedir que na hora da fala, sempre, se possível, se apresente com o nome e sobrenome. E uma segunda informação é que a categoria está com o salário congelado há quatro anos, não exatamente há nove anos, como eu tinha informado no início da reunião. Então, essas duas correções. O nome e o sobrenome, por gentileza.

SR. DONIZETE DE CASTRO CHAVES: Meu nome é Donizete de Castro Chaves, faço tele de bicicleta já há seis anos; vim para a moto agora este ano. Eu quero, primeiramente, agradecer a ti, Allison, porque se não fosse essa oportunidade hoje da comissão, não sei se eu ia ter coragem de relatar o que aconteceu comigo na Sexta-feira Santa. Sinceramente, é uma situação desconfortável, porque eu me sinto com medo da Brigada Militar, sinto-me com medo de acidente no trânsito e de assalto. Não queria me sentir com medo da Brigada Militar, não me sentia até sexta-feira, para ser sincero. Com todas as

situações que acontecem na Polícia Militar, na Polícia Civil, nas explorações, nas violências. Também um dado, que sei há muito tempo: a Polícia Militar do Rio Grande do Sul tem, dentre os 26 estados, as maiores taxas de suicídio que a Brigada Militar tem. Então, eu não acredito que uma pessoa ruim pense em tirar a própria vida; às vezes as pessoas ruins que a gente vê aí por fora estão fazendo atrocidades, maldades. Então, esse nível de tensão ao qual o policial militar é exposto, inúmeros profissionais são expostos. Então, sinto-me nervoso com a situação, quero relatar o que aconteceu comigo na Sexta-Feira Santa; por coincidência, no momento eu pensei, mas não falei, que são 33 anos, Sexta-Feira Santa, e pessoas do Estado querendo servir e nos ajudar, mutuamente. Eu trabalhei durante 11 horas, das nove da manhã até as oito da noite. Eu fui, ali, oito horas para o Marinha, que eu passei ali, jogo vôlei faz décadas ali, com colegas, estacionei a moto na Av. Edvaldo Pereira Paiva, de frente para o caminhão da Brigada que estava ali, desci com a *bag*, com o capacete, com a jaqueta do ifood e com essa roupa, inclusive, para as quadras de areia, onde meus amigos estavam jogando – cerca de uns 20 nas quadras de areia, outros 10, 20 nas quadras de concreto, e estava ali assistindo eles; volta e meia, eu olhava para trás e via a minha moto, para cuidar, o meu bem mais valioso até o momento, em questão monetária, e vi que, no momento, tinha dois policiais ali, estavam olhando para dentro das quadras. Eu pensei, bom, menos mal que tem dois policiais ali, eles estão olhando para dentro das quadras, talvez um deles jogue ali, como tem também, vários profissionais da polícia, do Exército, inúmeras pessoas da sociedade, jogando vôlei numa linha. Eu estava olhando para dentro da quadra e pensei, bom, eu tenho que ficar atento para a moto, tanto faz, e olhei mais de uma vez. Nesse momento, passaram uns 20 minutos, eu estou ali, descem cerca de seis policiais militares, ficam quatro na parte mais alta, lá, próximo a minha moto, de frente para o ônibus da Brigada, e sou abordado. A primeira coisa que pergunto é fundar a suspeita da abordagem, que é o que baseia qualquer abordagem policial. O soldado relatou uma denúncia de tráfico de drogas. Eu, no momento, só abaixei a cabeça – estou há mais de dez horas na rua – com as mãos queimadas do sol, com as mãos queimadas do sol,

há mais de dez horas na rua. Estou ali com amigos, no momento, quero relaxar, depois de um dia estressante, como é o trânsito, como são os riscos, e sou suspeito de tráfico de drogas, o único motobói, a única pessoa com roupa de trabalho, digamos assim. Levaram-me a cerca de dez metros, ao lado da quadra, e nisso já vêm todos os meus amigos também ao redor da situação. “O que está acontecendo?” Vem um amigo meu, que eu nem sabia, mas ele tem patente militar, alguns eu conheço, outros não, outros a gente vai conhecendo com o tempo, e começa a questionar o soldado. “Por que isso? Só ele vai ser abordado? O que está acontecendo, uma denúncia de tráfico?” Enfim, o soldado revistou toda a minha *bag*, por óbvio não achou nada, e eu fiquei consternado, fiquei bravo, com medo, como relatei; nisso, como falei – agradeço ao Alisson pela coragem do relato de dezembro, de estar aqui, de ter aberto essa comissão, porque não sei se eu teria coragem de relatar, de abrir, como eu não fiz a denúncia, nada até agora, como eu tenho o nome de dois soldados, tem esse meu amigo que tem uma patente também, ele relatou o nome de dois soldados, que ele lembra do momento. Mas é isso, no momento ali eu me senti completamente constrangido, humilhado, como o Alisson também se sentiu, senti-me consternado, tipo, o que está acontecendo, o que está acontecendo, o cara não faz nada de errado, está pela legalidade, não é, cara?

SR. ALLISON SIPRIANO RIBEIRO: E, às vezes com fome, porque às nove horas a gente não tem tempo para comer, então a gente passa o dia inteiro sem comer. E fica à mercê, então a gente fica ali vulnerável.

SR. DONIZETE DE CASTRO CHAVES: Isso, enfim, não sei mais o que falar, mas é essa a minha declaração sobre o que aconteceu, tanto que a questão sobre a fé da Polícia Militar é real, porque inúmeras vezes a gente entrega em um lugar escuro e a gente foge daquele lugar. Ontem eu entreguei perto da Santana – tinha uma viatura da Brigada ali, eu fiquei tranquilo porque eu entreguei e permaneci ali até trocar outra banda, e ao mesmo tempo, com um certo... “Bah, será que vão me abordar de novo?” E como a gente está sujeito

por viver em locais periféricos... O crime é uma coisa incerta, ninguém quer ir para isso, ninguém quer cometer crime, ninguém quer morrer trabalhando, ninguém quer ser agredido trabalhando, ninguém quer fazer algo ilegal. A gente procura algo que nos dá um salário relativamente melhor, algo em que a gente não se dispõe ao risco, por óbvio, mas a gente se arrisca pelo salário melhor. Assim como a própria Brigada Militar. Eu conheci inúmeros que estão por sonho, conheci inúmeros que estão porque ganham um salário bom, têm idade para entrar, e dali já é um passo adiante para outros sonhos. E, como o próprio Douglas falou aqui, somos todos trabalhadores buscando algo melhor. Vários entram pelo sonho, vários entram pela condição financeira, vários passam por transtornos, como uma das maiores taxas do Brasil, a Polícia Militar do Estado. Enfim, são vários motivos. Então quero deixar essa minha declaração e agradecer pela abertura. Obrigado.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado pelo teu depoimento, pela coragem também. Antes de estender a palavra aos demais que estão inscritos, gostaria, Ver. Marcelo, de fazer um relato aqui. Nós tivemos acesso a algum censo, inclusive em cima da fala do nosso camarada, sobre o censo da Polícia Militar aqui no Estado. A Brigada hoje tem um efetivo total de 17.952 policiais nos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. O perfil racial da Brigada Militar é de 80,1% de brancos, 13,7% de pardos, 6% de negros, e 0,1% que se declaram amarelos. No gênero da Brigada Militar, 84% são homens, 16% são mulheres. E existem alguns dados também que são assustadores, sob o ponto de vista da insatisfação dos policiais militares. Muito se dá pela desvalorização colocada aqui. Insatisfação interna: 36% dos policiais não se sentem valorizados na Brigada Militar, 23% pretendem deixar a corporação, 43% estão insatisfeitos com o plano de carreira. Além disso, temos dados aqui alarmantes da Segurança Pública. Temos dados, inclusive, de 2013, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que monitora as mortes decorrentes de intervenções policiais: registrou, no último período, em 2024, 188% no aumento dos casos, foram 6.393 mortes em todo o País, o equivalente a 17 pessoas

mortas por dia em ações policiais. Comprovada a ilicitude dos casos. E, no Rio Grande do Sul, a taxa de letalidade policial também é de 1,4 a cada 100 mil habitantes.

Também temos aqui, por exemplo, um registro importante dos impactos das câmaras corporais. Particularmente, compartilho com vocês, eu sou favorável ao uso de câmeras corporais para proteger as pessoas, principalmente, mas também para proteger a Polícia Militar. Ao mesmo tempo em que tu usas câmeras de segurança, não estás só protegendo o Allison, os motobóis, a sociedade de Porto Alegre, as pessoas, tu também estás protegendo o policial militar, que, muitas vezes, nós sabemos, também são vítimas de uma violência urbana que acontece, principalmente, nas grandes metrópoles. A BM registrou queda de 77% em casos de desacato após a implementação das câmeras – dado de 2024. Uma queda de 77% depois que ocorreu o uso das câmeras nos uniformes policiais. E redução de 42% nas sindicâncias internas. Ou seja, protegem as pessoas as câmeras policiais. Aqui no Estado, tem uma lei estadual, se não me engano, da deputada Luciana Genro, que trata sobre a importância das câmeras policiais nos uniformes. E nós somos favoráveis, para proteger as pessoas e proteger também a Polícia, muitas vezes. Então, nós queremos, na verdade, solucionar esses problemas e caminhar em conjunto.

Eu acho que a fala do Douglas, a fala do Allison, dos motobóis aqui, do Lincoln, do nosso amigo também que fez a fala por último, são muito verdade. Nós acreditamos na Polícia, mas a gente precisa, de fato, investigar cada caso, dar a devida punição para o mal policial para que sirva de exemplo e para que os bons policiais possam executar o seu trabalho da melhor maneira, da melhor forma, inclusive, sendo melhor remunerados. Infelizmente, nós sabemos que aqui, no nosso Estado, há quatro anos, não existe aumento salarial dos policiais, da Polícia Militar aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Então, são dados importantes que a gente traz aqui na nossa reunião de hoje.

E gostaria também de fazer mais um relato, o relato também do lado do motobói. Provavelmente, o Ver. Marcelo e também a Brigada vão querer fazer uso da palavra, e é muito importante escutá-los, inclusive. Meu colega vereador, que faz

parte da CEDECONDH, também já presidiu – não é, Marcelo? – esta comissão, e eu tenho aprendido bastante, inclusive, com a experiência do Ver. Marcelo. E eu não tenho dúvida de que a Brigada Militar está aqui para colaborar com todos esses casos. Tem dados também importantes sobre a letalidade das avenidas aqui em Porto Alegre, dos locais onde, infelizmente, existem muitas vítimas de acidente de moto. O Lincoln mesmo teve a perda da perna direita devido a um acidente de moto; ele estava trabalhando. Então, a gente criou, e eu trago isso como uma informação, através de uma ideia que o Sindicato dos Motobóis trouxeram para nós, um projeto de lei aqui em Porto Alegre chamado Selo Motobói Amigo, colocado nos comércios. Apresentar para Porto Alegre um projeto de lei onde os comerciantes possam ser amigos dos motobóis. O que eu estou dizendo com isso, colega vereador, a todos aqui? Hoje, o motobói trabalha 10 horas, 12 horas, e ele não tem um espaço em Porto Alegre para parar sua moto, carregar seu telefone, tomar uma água, ter acesso ao banheiro, ter uma cadeira para descansar, nem que seja de meia hora. Não tem esse espaço em Porto Alegre. E eu, dando uma pesquisada, já vi que em várias cidades, Ver. Marcelo, Brasil afora, já existem cidades de interior onde já tem ponto de descanso para os motobóis. Porto Alegre, uma das maiores capitais do Brasil, uma capital com mais de 1,3 milhão de habitantes não tem esse espaço. Então, junto com o sindicato, junto com a categoria dos motobóis, a gente apresentou esse projeto de lei aqui na Câmara de Vereadores que cria esse selo do comerciante amigo, do comércio amigo dos motobóis. Hoje, o motobói, para poder carregar o telefone, para poder ir ao banheiro, ou até mesmo para tomar um copo d'água, precisa parar, achar um *shopping* em Porto Alegre; se estiver distante do *shopping*, muitas vezes, o motobói tem que voltar para casa para poder ir ao banheiro, tomar água, se alimentar, carregar o telefone. Ou até mesmo estar pedindo licença para os comerciantes. E nem todos os comerciantes são parceiros, são aliados e acabam cedendo o banheiro, acabam cedendo um copo d'água ou uma tomada para carregar o telefone. Então, nós criamos um projeto de lei que não tem custo para a cidade de Porto Alegre. Que não tem custo. A Prefeitura não vai arcar com esse prejuízo. Ao contrário, vai

existir um selo, então, onde os comércios da cidade serão divulgados como aliados e parceiros, Selo Motobói Amigo, dos trabalhadores, de forma geral, plataformizados. Eu falo aqui motobói porque estamos com a presença dos motobóis aqui, mas estamos falando também dos trabalhadores plataformizados. Aí entra Uber, por exemplo, e outros trabalhadores plataformizados. Então, é um projeto de lei, Ver. Marcelo, que acredito que nós temos que convencer nossos colegas vereadores a votar favorável. A cidade de Porto Alegre ganha, os motobóis que são trabalhadores ganham mais dignidade. E não tenho dúvida de que isso é uma questão de dignidade, relação de trabalho. Hoje, os motobóis não têm, por exemplo, em dia de chuva, a plataforma não dá uma capa de chuva para o motobói usar. Em dia de calor de 40 graus em Porto Alegre, pois a nossa cidade é assim, é do extremo frio ao extremo calor, muitas vezes. É o calor extremo. Então, em 40 graus não tem um protetor solar. E nós sabemos que é um assunto de saúde pública. Em um calor de 40 graus não tem um protetor. Isso pode ocasionar câncer de pele, uma desidratação, uma insolação. Então, é preciso, sim, dialogar, e o Estado deve proteger os motobóis. Então, não somente tratar dessa relação da segurança pública com os motobóis, mas também da dignidade para esses trabalhadores. Então, esse projeto de lei é um projeto que nós já protocolamos na Câmara de Vereadores. Nós faremos um esforço para debatê-lo dentro da CEDECONDH, dentro das outras comissões em que precisa ser debatido, e levaremos esse projeto a plenário. E pedimos aos colegas vereadores aqui da Casa, inclusive para os motobóis e os plataformizados, de forma geral, que, no dia desta votação, nós possamos ter a presença de vocês aqui na Câmara de Vereadores. E eu não tenho dúvida que, aprovando esse projeto de lei... Vamos pressionar também o prefeito, e a Prefeitura para que sancione esse projeto de lei para que vocês tenham o mínimo de dignidade na cidade de Porto Alegre. Então, agradeço também ao sindicato por ter trazido para nós a ideia desse projeto de lei que trata também dessas relações todas que nós estamos conversando hoje aqui, e dialogando na Comissão dos Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa do Consumidor. De antemão, também, passo aqui a palavra, então, não sei se nessa ordem, ao

Ver. Marcelo, e depois também passo a palavra, então, tenente-coronel Hermes, do 9º Batalhão da Brigada Militar.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos, ao sindicato, mais uma vez aqui, nessa reunião. Muito importante também a presença da Brigada Militar aqui. Também venho de família de brigadianos, meus tios, cresci no meio dos brigadianos também. Importante sempre colocar que nós estamos num mundo que vive o bem e o mal, assim como tem vereadores do bem e vereadores do mal, tem juízes do bem e juízes do mal; promotores do bem e promotores do mal. Então, todos os setores, enfim, a realidade hoje é essa, e nunca podemos generalizar cada fato, pois cada fato é um fato isolado. E, essa tarde, estão tendo a oportunidade de falar, e a Brigada ouvir, porque, muitas vezes, não há essa possibilidade, não há essa oportunidade. Muitas vezes, por muitas culturas criadas, se acha, por algumas situações que acontecem, que a Brigada acaba sendo um bicho-papão; que outros setores, que muitas situações acabam sendo um bicho-papão. E essa cultura é uma cultura errada, porque a Brigada está ali para nos proteger. Acredito que, na presença do comando da Brigada Militar, aqui do tenente, acho que ele vai levar, sim, essas situações, porque cada caso é um caso. Então, tem que ser visto sim, porque existe uma denúncia, existe um fato ocorrido que vocês passaram, acredito que vai sim ser investigada essa situação, para que vocês tenham um retorno, uma resposta. Porque, queira ou não queira, vocês têm total legitimidade de estar aqui e também de correr atrás dos direitos de vocês. Senão, nós não estaríamos aqui presentes nessa tarde. Porque, volto a dizer, é importante essa fala e essa escuta, de nós podermos fazer, presidente, essa ligação que nós temos feito, que essa casa tem feito principalmente. Porque, muitas vezes, não há um diálogo que possa... A pior coisa que tem, eu digo, num relacionamento em casa, é um casal ser orgulhoso, um deles ser orgulhoso; um fica bravo, o outro fica bravo também, um não procura, o outro não procura, e fica nesse meio tempo. Então, isso que está acontecendo aqui, que sirva de exemplo para outros também, em poder confiar na Brigada Militar, em poder

saber que, sim, tem pessoas corretas, tem pessoas que vão lutar pelos direitos da gente, pelos nossos direitos, para que a gente consiga, sim, ir lá, poder fazer essa entrega, ir no jogo de futebol, saber que, quando a Brigada Militar, ela vai... Opa, aqui eu estou bem. E é essa cultura que a gente tem que ter. Onde a Brigada Militar estiver, a gente tem que estar feliz. Só que eu também, pelo fato de crescer no meio da Brigada Militar, com meus tios, a gente sabe que a Brigada Militar vive numa tensão diariamente. Tem as formas de abordagem, inclusive, eu já tive uma abordagem de forma equivocada, não pela Brigada, mas pela Guarda Municipal, ali no centro de Porto Alegre. Então, existem diversas formas que eles agem, e essa generalização de todos serem abordados da mesma forma, mas é que eles, na hora, muitas vezes não sabem quem é quem, quem é o trabalhador, quem é a pessoa que está ali, 12 horas sem comer, sem... Enfim, só nós que soubemos que realmente estamos passando. Então, me somo aqui, me coloco à disposição, em nome desta Comissão, para que a gente consiga sempre dar resposta e que vocês tenham a resposta sempre e esse direito de vocês, porque, como trabalhador, vocês já têm diversas dificuldades durante o dia. Eu sei, eu digo, eu fui taxista por seis anos aqui na cidade de Porto Alegre e não foge muito, porque é a mesma situação, já fui assaltado, já tive diversas abordagens policiais também, porque faz parte do cotidiano, faz parte, a gente está ali; o tráfico de drogas, muitas vezes, está dentro da brigada, dos taxistas, enfim, dos motobóis, existe, sabe? Assim como tem em tudo que é setor, mas não podemos generalizar também. Tem os bons e tem os ruins. Acredito que a Brigada Militar, sim, levará em conta essa tarde que nós estamos tendo aqui, levará para o seu comando, enfim, para que seja, sim, feita essa investigação e, se tiver a violência excessiva, que com certeza, eles respondam por isso. Não só vocês, mas todos que têm esse problema também e tiver, porventura, que procurar também o auxílio e saber que, sim, que vão ser ouvidos e que, sim, não vai ficar impune, porque não é pelo fato de ser na Brigada Militar, não é pelo fato de ser no judiciário, não é pelo fato de ser na promotoria, todos têm que pagar pelos seus atos de forma correta. Então, é isso, presidente.

Passo a palavra ao comandante da Brigada, aqui representando a Brigada Militar, porque, com certeza, tem muito a acrescentar nessa tarde, principalmente para vocês, que são os atores que vieram em busca de respostas sobre o que estão passando no seu dia a dia, porque não é uma vez, é o dia a dia, porque vocês estão na rua, vocês estão enfrentando todos os dias essa situação. Então, tem que ter resposta, sim, para que vocês consigam fazer esse trabalho difícil diário que vocês enfrentam, para que vocês consigam, da mesma forma que saem da manhã de casa, consigam voltar. É isso.

SR. HERMES WÖLKER: Boa tarde a todos. Cumprimentar primeiro aqui o Ver. Erick, parabenizar pelo movimento, para nós é muito importante, enquanto Brigada Militar, que tenhamos espaços como esse, para que a gente possa vir aqui falar em nome da nossa instituição e poder escutar esses casos que são colocados aqui para nós. Então, eu cumprimento por esse movimento, cumprimento aqui o Ver. Marcelo Bernardi também. É uma pena que os outros vereadores não tenham ficado, né?! Acho que é um tema tão importante. São cinco vereadores que compõem a comissão e estão somente dois aqui, num tema que é tão importante, numa classe que é tão importante, que é a classe dos motociclistas, que são dos entregadores também, que trabalham de moto. Como foi dito aqui, trabalhadores, assim como nós, brigadianos. Então, cumprimentar aqui o Allisson também, que vem fazer essa declaração aqui no dia de hoje. O Douglas, representando o sindicato também dos motociclistas. Dizer, como comandante do 9º Batalhão, que é o batalhão aqui da área central, é o maior batalhão que nós temos em Porto Alegre, que nós somos parceiros dos sindicatos. A gente procura, eu, como comandante, procuro participar de todos os sindicatos, visitar, conhecer, para que a gente possa entender os problemas que, assim como vocês têm, os outros sindicatos de trabalhadores também têm. E para que a gente possa, enquanto Brigada Militar, cada vez mais conseguir melhorar os nossos serviços e o atendimento que a gente possa prestar à nossa população.

Queria falar primeiro, então, da sua fala, Allisson. Eu vim escutando e, enquanto tu estavas falando, eu ia perguntando, para o meu pessoal aqui da inteligência, o que exatamente tinha acontecido nesse dia, no dia 5 de dezembro. Então, apesar de não ser a área do meu batalhão, ali, o Menino Deus é a área do 1º Batalhão, nós somos seis batalhões aqui na capital, esse fato já foi aberto em inquérito policial militar.

Eu acho que é importante, Ver. Erick, a gente fazer uma diferenciação aqui com relação a esse fato do Allisson, porque não representa um policial militar fardado. Então não era um fato que envolvia um atendimento policial nosso, mas sim um policial militar no seu horário de folga. Assim como nós todos temos o nosso horário de folga, foi um fato que, repito, enquanto tu falavas aqui, a gente ia estudando esse caso. Então, ainda assim, nós fazemos toda a investigação a respeito desse fato, porque, muito embora o nosso policial militar estivesse em folga, ele ainda assim representa a nossa instituição. Mas eu quero deixar essa diferenciação aqui muito clara, e é muito importante a gente esclarecer isso, de que não era um policial militar em ação, a serviço, e sim um policial militar que estava de folga, e, pelo que entendi, foi um desentendimento que aconteceu na entrada do condomínio, com relação à entrada do Allisson ali. Enfim, eu não vou comentar sobre o caso, porque rapidamente agora eu li aqui o histórico da ocorrência, mas eu já sei, posso tranquilizar todos, que já foi aberto o inquérito policial militar para avaliar a conduta desse policial militar.

Também, aqui, quando o Donizete coloca esse fato que aconteceu, também foi na área do 1º Batalhão, agora na Sexta-feira Santa. Eu só te pergunto, não queria interromper a tua fala: chegaste a fazer uma denúncia desse fato?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. HERMES WÖLKER: Perfeito. Nós temos o canal da corregedoria da Brigada Militar, ou então, se quiseres, também diretamente no próprio batalhão, ali é a área do 1º Batalhão, aquele batalhão fica na Praia de Belas, na Rua Dezesete de Junho, nº 587. Na frente do shopping Praia de Belas ali é a sede

do batalhão. Cada batalhão tem um setor, 24 horas, justamente, de ouvidoria, para receber esses casos. Eu faço questão que tu vás fazer essa denúncia. Hoje, em qualquer espaço que nós temos, junto à comunidade, nas reuniões comunitárias que nós participamos, nós conclamamos e concitamos a nossa população para que todo e qualquer caso que tenha de alguma denúncia, de alguma possível transgressão da disciplina por parte dos nossos policiais, algum desvio de conduta, todo ele seja trazido ao nosso conhecimento. Por isso que eu agradeço, hoje, de a gente poder estar aqui conversando sobre isso, porque isso nos ajuda, cada vez mais, também, para a gente conseguir apurar a disciplina dentro da nossa corporação e separar aqueles policiais ruins dos policiais bons que nós temos, como foi comentado aqui pelo nosso Ver. Marcelo Bernardi. Sobre esse caso ali, o que eu tenho a te dizer também, te escutando, Donizete, aquele é um ponto conhecido, não sei se tu frequentas o local, talvez estivesse, enfim, desavisada, mas é um ponto muito corriqueiro de abordagens da Brigada Militar. Nós temos inúmeras ações de prisões por tráfico de drogas no local, não só consumo, mas tráfico de drogas. E o que leva a essa denúncia é justamente as famílias que estão ali no local, família com criança, com neném no carrinho, e, daqui a pouco, um odor forte de droga, geralmente mais maconha. Então chamam a Brigada Militar: “Eu estou aqui com a minha filha, façam alguma coisa”. Então, a partir daí, se inicia o nosso trabalho em uma abordagem policial, quando vem alguma reclamação de alguma parte ofendida, de alguém que presenciou um ilícito ou, então, pela própria constatação do policial militar. Pelo que tu me colocaste, eles informaram que foi uma denúncia no local. Também existe, assim como estamos falando aqui, de possíveis desvios de conduta por parte de policiais militares, existem aqueles trabalhadores da categoria dos motociclistas que utilizam a caixa, o bag para traficar drogas. Isso é uma realidade também, assim como temos a realidade da violência policial. Então, diante dessa situação, eu entendo que foi feita a abordagem na tua pessoa. Hoje, como foi comentado aqui pelo Ver. Erick, 100% dos nossos policiais utilizam câmera corporal, isso para nós é muito bom. Eu sou hiper a favor da câmera por policial, porque ela veio para facilitar o nosso trabalho, e muito bem colocado,

para proteger o trabalho do policial militar. Por que caíram todas essas situações de sindicância por desacato, por desobediência? Muitas também, aquelas denúncias por agressões diminuíram, porque nós tínhamos muito infundadas, principalmente naqueles territórios dominados pelo crime, pelo tráfico, os indivíduos faziam denúncias infundadas justamente para prejudicar e atrapalhar o trabalho do policial, porque o que o traficante quer? Ele quer afastar aquele policial bom daquele local. Então, se eu fizer bastante denúncia de agressão policial contra ele, eu vou prejudicar a carreira dele e vou estar afastando ele de estar lá buscando droga na minha região, enfim. Então, esse cenário mudou bastante, isso para nós foi muito bom, ajudou muito a nossa atividade. Com relação à letalidade que colocaste aqui, Erick, ela aumentou e tem aumentado no Brasil, mas por onde eu vou, eu falo, e eu tenho 27 anos de profissão, são 27 anos dentro da Brigada Militar, entrei lá em 1998, e hoje eu vejo que aumentou muito o confronto, mas o confronto não é a Brigada Militar que escolhe, o confronto quem escolhe é quem está do lado de lá. Então, quem puxa a arma não é a Brigada Militar, quem puxa a arma é o traficante. E, nesses casos de letalidade, eu dou um número aqui que 99,9% são pessoas que estavam em uma atividade criminosa, com certeza, muitas vezes mais de um indivíduo, e que, no confronto policial, restou a baixa do indivíduo criminoso. A nossa profissão, sim, é uma profissão muito difícil, ela é desgastante. Tu colocas um dia de trabalho de 9 horas, um policial trabalha muitas vezes mais de 24 horas, porque a nossa profissão, diferente de outras profissões que atendem emergência, assim como a gente atende, a gente não pode repassar a ocorrência. Pega uma profissão que atende emergência, um médico, um enfermeiro, chega ao final de turno dele, quando chega outro médico, ele vai dizer que o paciente está com o pulso 50, o batimento cardíaco 70, e que ele tem que ir, porque tem o aniversário do filho – e ele vai embora. O policial militar não, ele perde o aniversário do filho e ele continua lá, porque ele tem que entregar aquela ocorrência, ele vai levá-la do início ao fim. Então, a gente constata de hoje jovens que entram na carreira sem conhecer, de ter um sonho de ser policial militar, ou, às vezes, até pelo salário, um salário inicial que pode

ser atrativo, mas não sabe desse lado difícil da profissão, ou, às vezes, o lado de tirar a vida de alguém dentro de um confronto, o lado de ser perseguido muitas vezes, de ser ameaçado por facções criminosas, ou a sua família, os seus entes, os seus filhos, os seus pais, mãe, enfim. Então, é uma profissão como poucas, que a gente, diferente de qualquer outra, a gente busca o perigo, a gente vai de encontro ao perigo; enquanto num tiroteio as pessoas fogem, a gente vai de encontro ao tiroteio, a gente vai de encontro ao perigo, e eu não conheço outra profissão que seja parecida com essa. Então, por isso que essa tensão existe, por isso que a gente, enquanto Brigada Militar, trabalha cada vez mais com a nossa área de psicologia para poder dar uma assistência para o policial militar. Hoje, na nossa Corregedoria, a gente tem um programa de PM vítima também, que é para poder colocar aqueles policiais militares que são ameaçados, dentro de um programa de proteção, porque eles ficam, entre aspas, sem pai nem mãe, são ameaçados dentro da sua casa, vão trabalhar, não sabem se deixam a esposa, a filha, enfim. Então, são questões que a gente tem evoluído, enquanto Brigada Militar, para que a gente possa dar o melhor atendimento para a nossa tropa.

Mas, Donizete, voltando ao teu caso, eu peço que tu faças a denúncia para que ela chegue até nós. Tudo que foi feito contigo, toda abordagem que foi feita nesse momento, na sexta-feira que tu relatas, foi filmada. Cem por cento dos nossos policiais usam câmera policial, não tem como desligar essa câmera, ela fica o tempo inteiro filmando. Então, isso para nós é bom, para a gente ver o que aconteceu ali, e se foi uma abordagem que saiu do padrão, pode ter certeza que a gente vai tomar um encaminhamento nessa situação. Eu acho que, de forma geral, a minha fala seria nesse sentido, não gostaria de tomar muito o tempo de vocês. Foi comentado aqui pelo Ver. Erick também o censo da Brigada Militar. Faz cerca de cinco anos que a gente vem fazendo anualmente o censo na nossa instituição, que é uma forma de a gente passar todos esses 17 mil policiais que nós temos no Estado, nos 497 Municípios do Estado, passam por um questionário, uma entrevista, e é uma forma de a gente identificar tudo, seja desde sexo, desde cor, a região onde moram, enfim, a satisfação com o serviço,

o que para nós é muito importante, para a gente saber no que a gente pode melhorar. E com isso a gente consegue também, dentro desse censo, fazer um estudo regionalizado, para saber se, daqui a pouco, naquela região central, norte do Estado, a gente está com um problema maior, e que a gente possa então lá corrigir isso. E é um trabalho que a Brigada Militar vem fazendo, que tem surtido um efeito, para nós, muito bom, para que a gente possa também, enquanto trabalhadores que nós somos, nos conhecer melhor, ouvir a nossa tropa. Eu tenho, a nível de batalhão, eu faço uma reunião mensal como efetivo, nós somos cerca de 300 policiais aqui na área central, aqui no 9º Batalhão, e eu faço questão de reunir todos eles uma vez por mês, para poder olhar no olho de cada um deles, agradecer pelo serviço, pelos resultados que eles têm atingido. Tranquilizo todos vocês que, em todos os indicadores criminais da nossa região, nós temos redução, a gente consegue redução. Hoje, o problema maior que nós enfrentamos aqui, não só no Centro, onde nós estamos, mas principalmente no 4º Distrito, é o problema correlato a andarilhos e moradores de rua, que são crimes de menor potencial ofensivo, quais sejam, furto de fios e cabos e furto/arrombamento. É uma grande dor de cabeça para a nossa população, para a nossa comunidade, hoje, o furto de fios e cabos, e a gente vem buscando combater isso também, junto ao Parlamento gaúcho, para que possamos encontrar e buscar, nos vereadores, uma forma de uma legislação mais forte, que não seja tão permissiva com relação à fiscalização desses ferros velhos que nós temos hoje na nossa capital. Eu penso que, com relação à categoria de vocês, dos motociclistas e transportadores, a gente tem muito a melhorar. Eu acho que vocês podem, cada vez mais, se aproximar dos vereadores para que consigam melhorar muito a questão de condições de trabalho, principalmente de vocês. Nesse tempo de serviço que a gente tem, a gente acompanha muito de perto como funciona a categoria de vocês, isso que foi falado pelo Ver. Pedro Ruas aqui, de ganhar, muitas vezes, pelo tempo da entrega, o número de entregas, e a gente sabe de todas as condições que vocês passam. Coloco a Brigada Militar como uma parceira, mais uma vez, para que vocês possam trazer até nós, seja direto no nosso batalhão, seja na Corregedoria todos aqueles casos

de denúncias que, por ventura, aconteçam, e eu repito, faço questão que a gente apure todas elas para que possamos separar os bons policiais dos maus policiais. Muito obrigado a todos, fico à disposição.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, tenente-coronel Hermes. Eu gostaria, então, de fazer as considerações finais para que a gente possa fazer o encaminhamento aqui da nossa reunião da CEDECONDH, fazer alguns destaques. Acho importante registrar que não há nenhuma generalização, vereador, concordando com a tua fala sobre os policiais militares. Tem ótimos policiais militares, que prestam ótimos serviços à sociedade, mas também tem aqueles que não estão fazendo, e a Comissão dos Direitos Humanos está aqui para assegurar esses direitos humanos, a proteção das pessoas principalmente. A fala do policial também, do tenente-coronel, o Hermes, é importante. Ele faz um destaque, é um policial militar que não estava em serviço. Mas, a tua própria fala diz, é um policial da Brigada Militar, portanto, também tem as responsabilidades de um policial militar, como servidor público. Diria que é muito idêntico ao vereador. Estou no domingo de Páscoa, em casa, curtindo com a minha família, mas sou vereador da cidade. Estou viajando para outro Estado, estou em outro Estado, mas sou vereador da cidade. As minhas atribuições continuarão sendo efetivas, da mesma forma que um estudante não deixa de ser estudante aos finais de semana, porque ele não deixa a matrícula de lado, ele deixa sábado e domingo, mas segunda volta à aula. Nós compreendemos a importância que se tem do fortalecimento, do reajuste salarial dos policiais, de melhores condições de trabalho, do uso da ferramenta da câmara dos uniformes policiais. Compreendemos também a importância de defender o que aconteceu com o Allison. Allison, a Comissão de Direitos Humanos está contigo para buscar a justiça, buscar que esse policial seja identificado e seja punido dentro da lei, para que não deixe que isso aconteça com mais pessoas, com mais motobóis, com mais trabalhadores, ou seja lá com quem seja. O teu relato foi muito importante, um depoimento de coragem aqui na Comissão de Direitos Humanos, te parableno por essa coragem. Agradeço a presença do tenente-coronel

Hermes, do meu colega, o Ver. Marcelo Bernardi, do Ver. Pedro Ruas, que esteve aqui também, da Ver.^a Vera Armando, que iniciou a reunião, do Douglas, do Sindimoto, sindicato dos motobóis. Quero dizer que o Douglas, junto com o sindicato, junto com o Lincoln e um conjunto de motobóis, tem defendido a categoria, tem feito protestos pacíficos dentro da lei, procurando reajuste salarial, procurando dignidade aos trabalhadores plataformizados. A comissão está ao lado de vocês também para defender os direitos de vocês, enquanto trabalhadores. Agradeço os depoimentos do Lincoln e do Donizete, fazendo um destaque ao Donizete, acho que é importante, como foi falado aqui, fazer a denúncia. Nós também colocamos a nossa assessoria à disposição para fazer a denúncia, para procurar os meios legais para fazer essa denúncia, para que não fique assim, para que não se deixe passar os dias e não tenha nenhum tipo de punição ou de denúncia sobre o que aconteceu no Parque Marinha, na última sexta-feira, depois de trabalhar oito, nove, dez horas, tendo essa abordagem. E a gente faz um destaque aqui: primeiro, depois dos agradecimentos, quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos vai procurar identificar o policial militar que estava, provavelmente, de folga nesse dia e abrir um processo de sindicância, abrir esse processo, procurar os meios legais para abrir um processo de sindicância. Foi aberto o inquérito, como o tenente-coronel Hermes falou aqui, nós vamos acompanhar esse caso, nós temos interesse em acompanhar isso de perto e procurar que tenha encaminhamento. Da mesma forma também a gente faz um apelo: eu, particularmente, dando minha opinião, eu defendo, por exemplo, uma formação mais humanizada da Brigada Militar, para que tenha abordagens mais humanizadas, entendendo que, em alguns momentos de conflito, não há essa possibilidade, mas que, na boa parte das abordagens nos parques, nas praças, com o trabalhador plataformizado, é possível sim ter uma abordagem mais humanizada, nós entendemos isso dessa forma. Obviamente que nós não estamos fazendo uma reunião aqui contra a polícia, ao contrário disso, nós estamos falando de casos que aconteceram com o Allison e com o Donizete, que nós precisamos investigar e procuramos resolver, solucionar esse problema, para que isso não aconteça com mais pessoas.

Agora, a gente faz o encerramento da nossa reunião. Faço um agradecimento à assessoria da Câmara de Vereadores, aos assessores dos vereadores presentes, a todos os que estão aqui na sala da Comissão de Direitos Humanos e aos motobóis presentes também. São 15h47 min do dia 22 de abril. Encerra-se a reunião da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Urbana. Uma boa tarde a todos e a todas. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h47min.)

TEXTO SEM REVISÃO